

Degração Audiência Pública RIVI RESERVA DO VALE

Empreendedor: Luiz André de Almeida

Empresa responsável pelo estudo: TT Engenharia

Legenda:

(mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhora Natália dos Anjos (01: 50)

Boa noite. Boa noite, pessoal, boa noite a todos. Estamos aqui reunidos hoje para apresentar o estudo de RIVI do parcelamento RESERVA DO VALE. A gente vai passar alguns informes iniciais para a condução dessa audiência pública. Então, pessoal, é na data de hoje, 25/06/2024, com início exatamente às 19h com encerramento previsto para as 22h, a gente inicia hoje a apresentação do estudo do parcelamento de solo RESERVA DO VALE. O número do processo de licenciamento é o 0039100003199/2021-78. O empreendimento é denominado RESERVA DO VALE. Ele é localizado no Setor Habitacional São Bartolomeu, quadra Reserva do Vale um (?) condomínio Mansão Itaipu, na Região Administrativa do Jardim Botânico. O tipo de licença que está sendo analisado que vai estar sendo analisado agora é a licença prévia. O tipo de atividade é o parcelamento de solo. O responsável pelo empreendimento, o interessado, o empreendedor, é o Luiz André de Almeida e a empresa responsável pela elaboração do estudo é TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria, representada aqui pelo Rafael e o Yuri. O embasamento legal dessa audiência pública pessoal, é com base na lei distrital 5.081 de 11/03/2023. O embasamento também é na CONAMA 9 de 3/12/1987, no que couber, e na Instrução Normativa número 11, de 11/06/2024. Só para contextualizar o objetivo dessa audiência pública é para apresentar a discussão sobre o relatório de impacto de vizinhança referente a esse processo de licenciamento. O processo de licenciamento ambiental, ele acontece em um rito trifásico. Que é a fase da que é a fase da licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Esse momento aqui a gente está para compilar os dados e discutir as questões ambientais referente a esse empreendimento. Aqui não tem nenhuma no rito de decisão nesse momento. Certo. Existe também só para contextualizar também, essa audiência pública tem um ponto de acesso físico, que é para a participação do público da população em geral, que está localizada na Área Comercial do Condomínio Ecológico Parque Mirante, Rua Contorno, Quadra 3/4, na sala de reunião da Imobiliária Rex J. Essa é a audiência pública também tem um embasamento legal na Instrução Normativa número 11. Então, como eu já tinha falado anteriormente, a gente vai à audiência pública ela é dividida em 3 fases. A primeira, que são as instruções, a apresentação de como vai ser audiência, nós passamos para a empresa responsável apresentar o estudo para vocês, fazemos um intervalo de 15 minutos, recebemos as perguntas e as contribuições via e-mail, via WhatsApp. Vou passar o número do WhatsApp aqui para vocês poderem mandar as contribuições para a gente. O nosso número oficial é o (61) 99248 9698. Repetindo, (61) 99248 9698. Peço para vocês que encaminhe para a gente as contribuições, de preferência em formato de texto, mas pode ser áudio também. Também vocês podem encaminhar as contribuições via e-mail para o licenciamento.ibram@gmail.com. Existe um formulário específico no nosso site do IBRAM para vocês preencherem e encaminharem para a gente via e-mail. Essa audiência pública também vai ficar, é pública no nosso canal do YouTube para posteriores consultas, contribuições e enfim, é eu passo agora a palavra para o nosso representante legal aqui, o Rafael, para eles conduzirem a apresentação do estudo.

Senhor Rafael (06:40)

todos aqui presentes e aos que estão nos assistindo de forma remota. Meu nome é Rafael, sou gerente de projetos da TT Engenharia e um dos apresentadores do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, do parcelamento de solo denominado Condomínio Residencial RESERVA DO VALE. Bom, a atividade do empreendimento refere-se ao parcelamento de solo urbano, mais precisamente de um novo parcelamento. A área possui 17,49 há, área topográfica. As glebas estão registradas sobre as matrículas de número 156.122 e 158.420 do segundo CRIDF. O interessado é proprietário é o Luiz André de Almeida Reis. A gleba

está localizada na Região Administrativa do Jardim Botânico. Os parâmetros urbanísticos utilizados foram a DIUR 01 de 2019, que é referente a toda RA do Jardim Botânico, e a DIUPE que é a diretriz específica emitida pela SEDUH, especificamente para o parcelamento, que é 43 de 2023. Que estão tramitando 2 processos de licenciamento ambiental referente ao requerimento de LP tramitando no IBRAM, que é o 0039100003199/ 2021-78 e outro tramitando na SEDUH que é o urbanístico, que é o 003900000202270/2021-23. Aqui nós temos um mapa com localização do empreendimento. Onde nós podemos constatar que o acesso principal ele pode ser feito pela DF 001, sentido altiplano leste. E a gleba que é essa que está em com a poligonal em vermelho, na cor vermelha, é uma área lindeira, não é adjacente ao parcelamento, Mansões Itaipu. Bom, conforme já mencionado o imóvel, ele possui uma área total de 17,49 ha e está registrado no Segundo Cartório de Registro de Imóveis do DF sobre as matrículas 156.122 e 158.420. Atualmente, a área está coberta por remanescentes de vegetação nativa, com a presença de 2 edificações, sendo utilizada pela Escola Pequizeiro e a outra uma edificação residencial. Então, considerando aí a densidade máxima de 15 habitantes por hectare e de 50 habitantes por hectare elencadas na DIUPE, porque um trecho vai ter uma densidade máxima de 15, o outro trecho vai ter uma densidade máxima de 50. Então considerando essas 2 densidades, a população máxima do parcelamento seria de 381 habitantes. Já considerando o índice de domicialidade elencado no censo demográfico do IBGE de 2022, que é o de 2,83 habitantes por unidade, a quantidade máxima de unidades habitacionais seria de 134. No entanto, o parcelamento ele contará com apenas 28 lotes. Sendo um lote com 28 unidades, PEDEU unidades autônomas na categoria RE 2, que seria habitação unifamiliar e multifamiliar, com a previsão com a previsão de 82 habitantes. 25 lotes do tipo RO 2 uso residencial obrigatório, com a previsão de 71 habitantes. Um lote com 10 unidades na categoria de CSIR1NO, que seria mais a parte de peças de comercial, a prestação de serviços institucional e industrial e residencial não obrigatório, com a previsão de 28 habitantes, ou seja, com total aí de 64 unidades habitacionais, bem abaixo do máximo permitido, que é de 134. Aqui nós temos um mapa do com um plano de uso e ocupação do parcelamento, onde nós temos aqui em amarelo a categoria é RO 2. Em verde RE 2. Em cinza, a categoria dos lotes CSIR1 NO. Essas áreas tracejadas contínuas, verdes, seriam ELUP e esses pontos toda parte de APP. Bom, aqui nós temos um quadro síntese de unidades imobiliárias e áreas públicas do imóvel, onde nós temos a área total, a área total do da gleba, a área total passível de parcelamento e as áreas de definidas por áreas públicas, unidades imobiliárias. Fazendo uma ressalva aqui para essa área do RE 2, que tem um quantitativo de 122.674,19, né, que apesar de termos esse quantitativo, boa parte da vegetação nativa nesse trecho vai ficar intacta, considerando a presença de áreas livres, trechos na zona de conservação de vida silvestre e também por conta da declividade maior que 30%. Ou seja, essas áreas não serão passíveis de parcelamento. Não terá supressão vegetal. Elas ficarão intactas, preservadas. Então, apesar desse quantitativo todo, boa parte desse quantitativo todo do RE 02, boa parte da área ela ficará preservada. Aqui nós temos um quadro síntese de permeabilidade em relação às zonas. Seriam as 2 zonas a zona de ocupação especial de interesse ambiental, as ZOEIA e a zona de conservação de vida silvestre. Nós podemos perceber aqui que na zona de conservação de vida silvestre é a permeabilidade em todos os lotes propostos, tanto o lote como a ELUP como APP vão ficar 100%. Impermeável e na ZOEIA nós podemos perceber aí que o mínimo, o menor percentual de permeabilidade ao de 50. Nós temos aqui 63,07% no RE 2, 85% na ELUP, 100% na APP, 50% no CSIR1 NO e 50% no RO 2. Ou seja, atende às diretrizes, respeita a questão da Lei de Rezoneamento da APA do São Bartolomeu, que é a lei de 2014 que fala que tem que o parcelamento, ele precisa ter uma permeabilidade mínima de 50%. Então, aqui nós temos no final, em resumo que a área total permeável exigido seria de 88.792,98 e o proposto foi de 110.443,41 bem acima do permitido. O exigido aqui em percentual seria de 50,76% e o proposto no parcelamento em 63,14% de permeabilidade. Aqui nós temos um mapa, considerando a questão do zoneamento do PDOT, onde em verde nós temos é a zona de contenção urbana e em roxo nós temos, mais a leste e a sul, aí nós temos as zonas de uso controlado 2. Então a zona de contenção urbana tem uma porção majoritária na gleba, que é essa verde, em roxo, a zona de uso de uso controlado 2, onde é permitido o parcelamento. Nessas 2 zonas é permitido o parcelamento de solo, desde que se atenda, obviamente, as diretrizes da DIUR 01 de 2019, da DIUPE 43 de 2023 e os artigos do PDOT, os artigos 43, 76,77, 78 do PDOT, que tratam especificamente da zona de contenção urbana que tem as suas peculiaridades. Aqui nós temos o mapa onde o parcelamento de solo está localizado na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, na unidade hidrográfica do Ribeirão Taboca. Esse mapa, ele já mostra as APP, as áreas de preservação permanente. Então, na área do imóvel existe 2 tipos de feição geradora de área de preservação permanente, nos termos do Novo Código Florestal. Seria APP do Córrego Taboquinha, com os 30 m, APP de nascente, com 50 m e a faixa de proteção do canal natural de escoamento superficial, comumente conhecido como grotta seca, com 30 m, com o valor máximo, porque o valor máximo? Por que como não haverá intervenção nas proximidades da grotta, não há necessidade de uma elaboração de um estudo de faixa de proteção de grotta, exceto uma parte que vai estar sobreposto com o sistema viário. Nessa parte, mais é um pouco mais a sul do sistema viário, vai pegar uma parte do sistema viário, mas é um é um sistema viário já existente desde a época da década de 1960, ou seja, a presença da via ela é

justificada pelo fato do trecho já encontra-se alterado em enquadramento utilidade pública. Bom, aí também é importante mencionar que não há áreas de APM, ou seja, a área de preservação de manancial. Bom, aqui nós temos os riscos ecológicos do zoneamento ecológico econômico do ZEE DF, que é regido pela Lei 6269 de 2019. Então, aqui nesse mapa nós podemos perceber que boa parte da área, a porção majoritária da área, está em risco muito baixo de perda de área de recarga de aquífero, que é essa área que está em cinza e mais a sul, nós temos um trecho com risco médio e risco alto de recarga de aquífero, de perda de recarga de aquífero que são essas áreas que estão aí em laranja e marrom. Aqui já nós temos já um mapa com relação ao risco de perda de solo por erosão, onde a porção majoritária aí da gleba que essa área que está em marrom está no risco muito alto de perda de solo por erosão e na parte mais a sul é muito baixo, um risco muito baixo de perda de solo por erosão. Aqui nós temos a questão do risco de contaminação do subsolo, onde a porção majoritária da gleba está enquadrado no risco muito baixo de contaminação do subsolo e mais a sul que essa área que está aí em laranja no risco alto. Aqui nós temos já a questão do risco ecológico de perda de áreas de remanescentes de cerrado nativo, onde a porção majoritária da área que essa que está em um amarelo, um tom de amarelo, está enquadrada no risco médio de perda de remanescente e uma parte, uma parte menor mais a leste e a sul que está em cinza onde nós temos a ausência de cerrado nativo. Bom, aqui nós temos o mapa com as classificações das 3 zonas, é da APA dupla do da APA do São Bartolomeu, que é unidade de conservação que está essencialmente sobreposta à gleba. Então, nós temos a gleba, ela incide sobre 3 zonas, a zona de conservação de vida silvestre, que é essa que está em verde, a zona de ocupação de interesse ambiental, que é que está em azul, que é a porção majoritária, e essa porção mais a sul e um pouco a leste, em amarelo, que é a zona de ocupação especial de qualificação. Então, as 3 zonas da APA do São Bartolomeu que incidem na gleba. Aqui nós temos a os as demais unidades de conservação sobrepostas num raio de 3,5 e 10 km. Bom, com relação às áreas de influência, a área diretamente afetada do parcelamento vai ser toda a área prevista para implantação do urbanismo, parcelamento de solo, incluindo também a área que sofrerá intervenção para a instalação do lançamento de águas pluviais e excluindo todas aqueles trechos, todas aquelas áreas onde não haverá supressão vegetal. Área de influência direta, AID, foi definida como sendo o limite do imóvel a ser parcelado. A área de influência indireta, AI, do meio físico e biótico, a sub-bacia do Córrego Taboquinha, a área de influência direta, AID, do socioeconômico a poligonal do Condomínio Mansões Itaipu, que é adjacente ao empreendimento e área de influência indireta do socioeconômico na região administrativa do Jardim Botânico. Aqui nós temos um mapa ilustrando a área diretamente afetada ADA e área de influência direta AID do meio físico e biótico onde nós temos aqui em azul a sub bacia do Córrego Taboquinha, que representa AI do empreendimento. E em laranja, nós temos a área diretamente afetada do parcelamento, ou seja, a área específica para o parcelamento de solo. Aqui nós temos é o mapa com área de influência direta, indireta, AID e AI do meio socioeconômico, onde nós temos aí em roxo, em magenta, uma cor mais roxa, a área de influência indireta do Jardim Botânico. Em amarelo, a área de influência direta, AID, que a poligonal do condomínio Mansões Itaipu. Aqui nós temos um mapa de declividade, não é que foi feito com base, é nas na interpretação das curvas de nível da topografia. E a ADA, na área diretamente afetada, sobreposta a essas manchas de declividade, e nós podemos perceber que na área realmente onde vão ser implantadas os lotes, nós podemos perceber que essas áreas elas estão no numa área mais plana e suave, é do lado que esse tom de verde mais escuro e o verde mais claro, mas quando perceber aí que onde vai ter lote, a área está de plano 0 a 3% e suada do lado de 3 a 8%. E as demais áreas, né, que estão aí de ondulado que é em amarelo forte ondulado e montanhoso fica nas demais áreas, não vão pegar em lote, vai pegar uma parte na ELUP, mas como ELUP pra ficar 100% impermeável, não vai ter problema algum. Aqui nós temos mapa pedológico, onde podemos ver que na AI do empreendimento nós temos 3 classificações de solo, que seria o neossolo quartzarênicos, o cambissolo háplico, porção majoritária e o latossolo vermelho, amarelo e dentro da gleba na narrada na área diretamente afetada da gleba, nós temos uma força majoritária de cambissolo háplico e uma porção mais a sul do latossolo vermelho/amarelo. Bom, considerando a presença de cambissolo e áreas declivosas na gleba entende-se, infere-se que há ADA e na IDA área de risco de vulnerabilidade à erosão. Então, para evitar esse risco de vulnerabilidade erosão na área do empreendimento, foi elaborado um mapa, conforme metodologia proposta por Silvio Oliveira (2015), também pelas curvas de nível da topografia, traçado do urbanismo e interpretação dos ensaios de geotécnicos. Então, chegou se a esse mapa, onde nós podemos perceber, com base na sobreposição da poligonal da área, da área diretamente afetada, ou seja, da área que vai ser passível de parcelamento, que boa parte da onde estão os lotes, eles estão enquadrados como pouco susceptível ou pouco a não susceptível, que são essas áreas que estão em marrom, marrom claro e marrom mais escuro. Então, e o restante da área como moderadamente susceptível. Então, em termos de vulnerabilidade a erosão, foi feito esse mapa aí mostrando que é boa parte da área da porção majoritária da área está em uma área, está em uma classificação de moderadamente susceptível, sendo que onde vai ter realmente os lotes, são áreas de pouco susceptíveis e pouco a não susceptível. De qualquer forma, não vai haver parcelamento de solo e consequentemente movimentação de solo nas áreas com declividade maior que 30%. Os eventuais

problemas com os processos erosivos, eles vão poder ser mitigados ou até evitados com um bom dimensionamento de todas as obras, utilização das melhores técnicas de engenharia durante a construção da infraestrutura e também a elaboração e a execução do programa de monitoramento e controle de processos erosivos na fase de licença de instalação, tanto pré como pós obra. Bom, no que diz respeito à qualidade das águas subterrâneas, como poço tubular profundo ainda não foi perfurado, não foi possível avaliar a qualidade da água subterrânea. O estudo então, considerou a qualidade da água subterrânea indicada pela ADASA em seus relatórios de qualidade de água. Importante frisar que a outorga prévia de captação ela foi emitida pela ADASA, que Outorga Prévia 52 de 2024 via processo que está esse processo que está em tela. Já com relação à qualidade das águas superficiais como parte do Córrego Taboquinha ele está na AID do empreendimento e pelo fato da necessidade de lançamento de águas pluviais, foi necessário analisar a qualidade de água do corpo receptor. Importante ressaltar aqui que não haverá lançamento de efluentes. Bom, aqui nós temos o mapa com as fitofisionomias da área, da área específica, da área diretamente afetada, da área que vai ser passível realmente é de parcelamento e supressão. Então, nós temos aqui em amarelo, toda parte que está em amarela, enquadrado como cerrado sentido restrito. Toda essa parte que está em verde trata-se de árvores isoladas na ausência de cerrado nativo. E essa pequena parte que está em marrom, seria cerradão descaracterizado. Bom, foram inventariadas 2.137 árvores. Constatou presença de extrato herbáceo graminoso nativo e exótico também. Foram encontradas espécies exóticas da fauna brasileira, como a jaqueira, mangueiras, coqueiros, ligustro, ficus, dentre outros. Também foram encontradas espécies nativas do cerrado, como milho de grilo, Angico vermelho, peroba do cerrado, sucupira preta, pequi, oiti-do-sertão, ipê amarelo, dentre outras. E com relação aos dados quantitativos, ou seja, aqueles dados atrelados ao inventário florestal, onde vai ter a identificação botânica mais detalhada, mais completa, a questão da volumetria e também da compensação florestal. Esses dados eles vão ser tratados apenas na fase de LI, na fase de licença de instalação, quando da abertura do processo, aí que seria o processo de autorização de supressão vegetal. Então, nessa fase, essas informações mais detalhadas serão apresentadas. Aqui nós temos algumas fotos mostrando a fitofisionomia da área. Aqui nós temos a parte de florística. Algumas espécies que foram encontradas lá, como aqui são no caso a inflorescência, afloração do murici-rosa, os frutos do catolé, que essa segunda figura. Nós também temos a inflorescência que a flor do pau-santo, e a questão das folhas aí do carvoeiro. Então, mais a parte florística de algumas de algumas espécies que foram inventariadas na área. Bom, com relação à fauna, aqui nós temos um mapa com base nos corredores ecológicos do IBRAM. No caso, no site do ONDA. Então, nós podemos perceber aqui que a área ela está sobreposta à zona sussuarana, que essa área que está em roxo, no entanto, na porção mais a leste e a sul do parcelamento, da gleba, não há classificação. Então, é o shape, digamos assim, do ONDA ele classifica só parcialmente a área, que é só essa área que está em roxo, e o restante não há classificação. Então, em tese o estudo de fauna ele seria de média complexidade conforme o artigo terceiro da Instrução Normativa do IBRAM 12 de 2022, no entanto, foi solicitada a dispensa de fauna, considerando que a área alvo de supressão vegetal ela vai ser menor que 2 ha. E por quê? Porque nós podemos constatar aqui por esse mapa, que área que está em roxo aqui, nós temos toda a área diretamente afetada, que essa área que está em preto. Essa área da ADA que está sobreposta ao corredor ecológico sussuarana, ele só possui 3,27 há. Então, desses 3,27 ha, apenas 1,47 há ele atrela-se as vias e os lotes. Então só 1,47 quitadas até nas suas vias de votos, sendo que 1,8 há, 1,80 há é de ELUP, que essa área que está aí é em com é essa área que está acima aí em hachurado em preto, com os traços mais azuis. Então, é 1,80, de 1,80, que trata de ELUP, mas com permeabilidade de 85% e 100%, não havendo necessidade de supressão. A supressão nesse caso recairia apenas nos 50% da área de InstEP com a área de 1.649,6 metros quadrados, mas os 15% de ELUP com cerca de 2268,88 metros quadrados, ou seja, juntando todo esse quantitativo de 1,47, mas esses 2 quantitativos ela encarece abaixo chega-se a uma área de aproximadamente 1,86 ha, ou seja, uma área menor que 2 ha, cabendo assim a dispensa de fauna, o pedido da dispensa de fauna. E nesse contexto, é importante frisar que o artigo terceiro da IN 12 de 2002, fala que a identificação do nível de complexidade do estudo de fauna se dará em função do tamanho da localização espacial da ADA ou da respectiva AASV do empreendimento, que a área é algo de supressão vegetal. Então, considerando esse artigo terceiro nós pedimos, nós solicitamos a dispensa de fauna e a mesma está ainda sendo analisada pela a DILAM 6, no IBRAM. Bom, aqui nós temos principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras para o meio físico, tanto na fase de implantação como a operação. Então, para o impacto de revolvimento e retirada de camada superficial dos solos, as medidas as medidas mitigadoras seriam a elaboração e execução do programa de cultura ambiental das obras e os subprogramas de monitoramento e controle de processos erosivos, o programa de monitoramento de qualidade de água e a recuperação de áreas degradadas. Para a redução da permeabilidade do solo, a elaboração e execução do programa de controle de processos erosivos, além do correto dimensionamento, implantação do sistema de drenagem. Para a geração de resíduos sólidos a elaboração e execução do programa de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil. Para alteração da qualidade do ar devido à emissão de material particulado. A elaboração execução do programa

de controle ambiental das obras. Já para o início da aceleração dos processos erosivos a elaboração e a execução do programa de monitoramento dos processos erosivos. Alteração da qualidade das águas superficiais, a elaboração e execução do programa de monitoramento da qualidade de água e para a geração de ruído sonoro, a elaboração e execução do programa de controle ambiental das obras e programas de educação ambiental. Aqui nós já temos os principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras e compensadoras do meio biótico tanto na fase de implantação como de operação. Então, para a redução da cobertura vegetal devido à supressão vegetal, o pagamento da compensação florestal que vai ser mais tratado, conforme mencionei anteriormente, na fase de LI do parcelamento. Para a perturbação, afugentamento da fauna terrestre a elaboração e execução do programa de afugentamento e resgate de fauna com concomitante à supressão vegetal no momento da supressão vegetal e programa de educação ambiental. Para as alterações do microclima, o programa de recuperação das áreas degradadas, permeabilidade das áreas públicas no urbanismo e pagamento da compensação Florestal. Para perda de biodiversidade local, a elaboração e execução do programa de recuperação de áreas degradadas. Bom, com relação aos principais impactos ambientais e suas respectivas mitigadoras e potencializadoras para o meio socioeconômico, tanto na fase de planejamento, implantação e operação. Então, para a geração de expectativa na população, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Para mobilização de mão-de-obra e geração de emprego o programa de comunicação social a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na elaboração, execução aí do programa de educação ambiental e gerenciamento dos resíduos sólidos. Para os 2 é impactos de incremento no mercado imobiliário e atividades comerciais e aumento das receitas tributárias e transferências de mercadorias, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Já para a sobrecarga no sistema de coleta e destinação final dos resíduos sólidos, o programa de gerenciamento de resíduos sólidos e, por fim, para a pressão sobre o sistema viário adensamento populacional, a elaboração e execução do programa de educação ambiental e de gerenciamento da obra. Bom, aqui nós temos alguns planos de monitoramento e controle mental, ações que deverão ser implementadas, que seria o acompanhamento da vigilância sanitária ambiental, o acompanhamento das ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação e espécies de fauna e movimentação de terra, a descrição e localização em planta do canteiro de obras, infraestruturas e acessos provisórios. O acompanhamento de resíduos de obras. O acompanhamento de tráfego, manutenção de máquinas. O acompanhamento de armazenamento de produtos perigosos. O controle da emissão de particulados. O acompanhamento, desativar e de desativação do canteiro de obras. O acompanhamento de gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo o detalhamento das estruturas de contenção e monitoramento de sólidos na época chuvosa, com o devido acompanhamento fotográfico periódico. O acompanhamento de efluentes de obras, incluindo com relação aos recursos hídricos superficiais, efluente, pluvial e sanitário. Bom, agora vou passar a palavra para o Yuri, engenheiro civil e ele vai falar de forma sucinta sobre as soluções dos projetos de infraestrutura para o parcelamento.

Senhor Yuri (33:21)

Boa noite a todos. Me chamo Yuri. Sou engenheiro civil da TT Engenharia. Bom, vou apresentá-los aos projetos de infraestrutura do empreendimento, sendo eles um sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, sistema de drenagem urbana e pavimentação. Vou iniciar pelo sistema de abastecimento de água, vemos em tela uma tabela com os planos de projeção de vazão. A população total prevista foi de 671, consumo de água per capita 208, coeficiente do dia de maior consumo K1, 1,2, coeficiente da hora de maior consumo, K2, 1,5, coeficiente de perda, 35. A vazão média em litros por segundo foi de 2,49, a vazão máxima diária que foi de 2,98, a vazão máxima horária 4,48. Bom, as alternativas previstas pelo TVT023 de 2022 foram, alternativa um, interligação ao sistema da Caesb. Alternativa 2, solução independente de abastecimento por meio de poços tubulares profundos. Quanto alternativa um, atualmente, não há um sistema de água implantado ou projetado para atendimento do empreendimento e somente será viável após o início de operação do sistema Paranoá Sul, cujos projetos encontram-se em fase de desenvolvimento. É quanto a solução, alternativa 2, como atualmente não há um sistema público para receber a demanda do empreendimento, a solução escolhida foi por meio de poços tubulares profundos, poço mais reservatório de forma inicial, cuja outorga já foi emitida pela ADASA 52 de 2024. Paralelo a isso, será implantado uma rede para futura interligação com a CAESB. Bom, agora vou apresentar ao sistema de esgotamento sanitário. Em tela, vemos é os parâmetros para a projeção de vazão. A população total foi de prevista foi de 671 consumo de água per capita 208, consumo coeficiente de retorno 0,8, coeficiente do dia de maior consumo, K1, 1,2 coeficiente da hora de maior consumo, K2, 1,5, vazão média em litros por segundo, 1,29, vazão máxima diária em litros por segundo, 1,55, vazão máxima horária, litros por segundo, 2,33. Bom, as alternativas previstas pelo TVT023 de 2022 foram, alternativa um, interligação sistema da CAESB, alternativa 2, sistema com fossas séptica e sumidouros. Quanto a alternativa um, atualmente, não há um sistema de esgotamento sanitário implantado ou projetado para o entendimento

do empreendimento. Logo, essa alternativa é será viável somente após as obras de reforma e ampliação da ETE São Sebastião, cujos projetos encontram-se em fase de desenvolvimento. Enquanto alternativa 2, portanto, a solução escolhida será a de fossa séptica e sumidouros visto que não há projetos previstos pela CAESB para a localidade. Bom, agora eu vou apresentá-los ao projeto de drenagem urbana. O sistema de drenagem ele foi desenvolvido segundo as recomendações do termo de referência para projetos de drenagem urbana do Distrito Federal, fornecido pela NOVACAP e o manual de drenagem urbana fornecido pela ADASA. O sistema é composto por tubos em concretos, bocas de lobo, poços de visita, sarjetas, saídas da água, descidas das águas e dissipadores, que todo empreendimento ele foi contemplado no sistema e os lançamentos ocorrem afluentes do Córrego Taboquinha. Bom, agora eu vou apresentá-los ao projeto de pavimentação que foi desenvolvido através de termo de referência para projetos de pavimentação da NOVACAP. Em amarelo vemos as vias classificadas, que foram em tráfego leve, via local. O pavimento, portanto, foi dimensionado e resultou em 10 centímetros para a câmara de sub-base. O revestimento será em bloco intertravado seguido de uma camada de 5 cm de areia para regularização. Bom, agradeço a todos os ouvintes e presentes e a equipe do Brasília Ambiental e devolvo a palavra a engenheiro Rafael.

Senhor Rafael (38:20)

Aqui para finalizarmos a apresentação. É importante reiterar aqui o projeto urbanístico do parcelamento ele foi elaborado conforme os parâmetros urbanísticos PDOT 01 de 2019 e a DIUPE 43 de 2023. O parcelamento ele localiza se na zona de contenção urbana, na zona de contenção urbana e na zona urbana de uso controlado 2, onde é permitido o parcelamento, desde que se respeite todas as restrições nos artigos 43,76, 77,78 do PDOT, que foi feito. O RESIDENCIAL RESERVA DO VALE, ele suprir parte da demanda imobiliária do DF, viabiliza a ocupação ordenada do solo e contribui para prevenir a ocupação desordenada. Parte das características naturais da gleba já tinham sido alteradas desde a década de 1960, onde tinha se o remanescente de cerrado nativo para uso rural, pastagem. A proposta do parcelamento respeita todas as restrições ambientais incidentes na gleba. Não foram identificadas características geológicas, geomorfológicas e hidrológicas pedológicas ou geotécnicas que impeçam a implantação do RESIDENCIAL RESERVA DO VALE. Os lotes, eles foram projetados em áreas com declividades menores que 30%. Não haverá interferência com a APP, salvo uma pequena parte da via já implantada desde a década de 1960, que está sobreposto à faixa de proteção de gruta, que nesse caso aí, possuem um regramento de APP com base no Decreto 30.315 de 2009. Todos os estudos e projetos respeitam as diretrizes da ZOEIA, ZCVS referente a APA do São Bartolomeu, unidade de conservação sobreposta essencialmente a gleba. Dos 17,49 ha, apenas cerca de 7 há, ele vai ser destinado à implantação dos lotes, sistema viário e ELUP, equipamentos públicos e afins. O trecho de ZCVS, ou seja, da zona de conservação de vida silvestre, ela ficará 100% permeável continuará, ou seja, a vegetação ela continuará preservada. Cerca de 73,70% de todo o parcelamento ele ficará permeável, ou seja, a permeabilidade geral aí do parcelamento e a permeabilidade do PEDEU das unidades autônomas será de 65,85%. Bom, com relação ao abastecimento de água, esgoto as propostas, as soluções de poço e de fossa, respectivamente, elas atendem as alternativas do TVT023 de 2002, emitido pela CAESB. A ADASA ela já emitiu a autora prévia de captação de água. A outorga de lançamento está em análise na referida agência, na ADASA. Os projetos de infraestrutura, eles estão em análise na NOVACAP e na CAESB. Os impactos ambientais negativos que identificados, eles podem ser controlados por meio de medidas mitigadoras e compensatórias, preventivas e corretivas todas aquelas já elencadas no RIVI. Os principais impactos ambientais negativos, eles podem ser avaliados pelos programas planos de monitoramento ambiental também elencados no RIVI, ou seja, diante aí dos resultados encontrados durante os levantamentos em campo e posterior processamento da interpretação dos dados infere-se que o parcelamento ele é sim, ele é viável do ponto de vista técnico ambiental, desde que atendidas as diretrizes contidas na legislação ambiental federal e distrital. O que está sendo feito. Muito obrigado.

Senhora Natália dos Anjos (41:54)

Oi, pessoal, finalizamos a apresentação do estudo ambiental. Agora vamos fazer um intervalo de 15 minutinhos para o recebimento das perguntas e contribuições. Está OK, a gente volta em 15 minuto.

(75:51)

Pessoal, retornamos agora. Recebemos uma pergunta via WhatsApp do senhor Alexandre Garcia. Ele pergunta sobre a água, vai ser ligação da CAESB ou poço, já que a Caesb não tem interesse em levar água para a região? Vou passar aqui para o responsável técnico do estudo para ele, responder ao senhor, tá bom, senhor Alexandre.

Senhor Yuri (76:19)

Boa noite a todos, Yuri. É respondendo ao amigo Alexandre Garcia sim, será, via poços tubulares profundos mais reservatório de forma inicial e paralelo a isso, a implantar na rede para futura interligação com o sistema do Paraná Sul, né, que é o sistema da CAESB, que atualmente encontra-se em fase de projeto. Só quando foi implantado mesmo e já temos a outorga também para outorga prévia de captação emitida pela ADASA que já está nos autos para perfuração do poço, dos poços.

Senhora Natália dos Anjos (76:52)

Então, pessoal, é isso. A gente recebeu só essa pergunta mesmo. Eu quero ver n ponto de apoio. Aí a gente tem alguma pergunta, Eduardo? Oi, Eduardo, chamando no ponto de apoio, a gente tem alguma pergunta, alguma contribuição de algum cidadão?

Senhor Eduardo (77:24)

Ainda não, até o momento, não.

Senhora Natália dos Anjos (77:27)

Então está certo, pessoal, quero agradecer a participação de todos. A gente vai dar por encerrada essa audiência pública de hoje. Lembrando para vocês que a audiência pública fica pública no site do IBRAM, no YouTube do IBRAM. Qualquer pergunta, qualquer informação, qualquer contribuição também podem ser feitas aqui para a gente junto IBRAM pelos canais oficiais, está certo. Obrigada pela participação de todos e tenha uma boa noite.